

# IDEOLOGIA E UTOPIA EM PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

José Soares Martins

Mestre Assistente

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UFP

[jmartin@ufp.pt](mailto:jmartin@ufp.pt)

*Neste artigo assume-se que a ideologia e a utopia mantêm o seu valor eurístico e mais do que isso interventivo, para além da sua contínua utilidade e interesse, passíveis de valorizarem as abordagens e intervenções conducentes às mudanças e melhoramentos comunitários necessários, surgindo deste modo como um factor libertador de velhos mitos de neutralidade científica e por isso mesmo inibidores de abordagens e intervenções verdadeiramente conducentes à mudança e desenvolvimento social e comunitário.*

Como assinala Michel Serres (1974), é um puro mito a ideia de uma ciência livre de mitos e isto é ainda mais certo e pertinente quando se trata de ciências sociais e humanas, em que a intervenção social é uma prática comum. Assim, será de desconfiar da possibilidade de um conhecimento poder ser neutro ou seja, estabelecido a partir de uma razão universal e por tal socialmente ajustado, do conhecimento adquirido pela utilização correcta da razão universal poder e dever ser verdadeiro, representando assim algo real e não mutável acerca da mente, do mundo social e do mundo natural, bem como da ideia de uma ciência poder ser neutra nos seus métodos e conteúdos, fazendo dos cientistas sujeitos livres de interesses e ideologias. Assim, não é mais possível pensar uma ciência fora do seu contexto histórico e livre dos valores culturais e profissionais vigentes, tanto no que concerne à definição e abordagem dos problemas, como no que toca inevitavelmente aos constructos teóricos, metodológicos e hermenêuticos, para além como é evidente, das intervenções práticas com a sua carga política e muitas vezes utópica que as informa, como é o caso vertente da Psicologia Comunitária.

É nesta direcção que aponta Gergen (1973) quando afirma que a Psicologia Social ao tratar do seu objecto de estudo, o comportamento social, ou o estudo dos aspectos sociais da mente (Turner, 1994), ou o conflito do indivíduo com a sociedade (Moscovici, 1984), se confronta com um objecto que é inevitavelmente histórico e cultural. Daí que todo o conhecimento e toda a prática psicossociológica seja específica de um momento histórico determinado e de uma cultura particular. Para alguns autores, a localização da crise reside a nível epistemológico ou seja ao nível da ideia de que o indivíduo se encontra no centro dos acontecimentos e que por tal motivo deve ser a principal unidade de pesquisa e de análise. Ora esta individualização da Psicologia Social é vista, por alguns autores, como o resultado da convergência da experimentação e do behaviorismo, os quais, acabando por dominar, em certa medida, alguns aspectos da disciplina, a afastaram do seu interesse primeiro ou seja o estudo dos fenómenos colectivos como preconizavam Ross e Wundt. Wundt, por exemplo, acreditava que tais fenómenos como a linguagem, os mitos, a religião, não poderiam ser traduzidos à escala individual, donde o grande fundador do primeiro laboratório de psicologia experimental, aceitar que o seu estudo adequado não deveria, em princípio, passar pelo laboratório. Para Wundt, o modelo científico para a Psicologia Social não seria então o das ciências naturais mas sim o da análise histórica. Em vez de procurar leis gerais de funcionamento psicológico, a tarefa do psicólogo social deveria ser a de levar a cabo uma descrição dos padrões comportamentais contemporâneos desenvolvidos através da história da cultura. Ora este conflito relativo a estes dois níveis de análise (individual/psicológico e colectivo/sociológico) acompanha a Psicologia Social desde os seus primórdios. De facto foi com Floyd Allport que uma concepção individualista se procurou impôr numa orientação metodológica dominada pela experimentação comportamentalista. Para este autor, a combinação da abordagem individualista behaviorista e o método experimental tornavam a Psicologia

Social uma disciplina cientificamente respeitável. No entanto, historicamente são detetados desvios a este individualismo radical como foi o caso das propostas de Kurt Lewin, que enquanto gestaltista ligado à tradição europeia, influenciou positivamente a Psicologia Social. Sendo isso visível na sua aplicação da teoria de campo a grupos (Lewin, 1948, 1951), mais como metodologia e menos como teoria, esta abordagem punha a tónica da sobreposição do todo sobre as partes ou seja punha a tónica na situação de campo. Esta metodologia tão fecunda, permitiu a Lewin trabalhar com grupos em laboratório, mas também com grupos na vida diária, em comunidade, de forma a mudar o seu comportamento moral, os preconceitos, as atitudes, através de uma abordagem conhecida por investigação-acção. Ora se a Psicologia Social sempre se orgulhou de nunca ter sucumbido por completo ao canto de sereia do experimentalismo individualista de cariz behaviorista, percebe-se porque é que durante os anos de domínio do behaviorismo, os psicólogos sociais estudaram constructos mentais internos como as atitudes, valores e estereótipos ou processos de influência social como a normalização e a conformidade (eg: Sherif, 1936, e Asch, 1952), sob os auspícios da gestalteoria, recuperando assim o estudo da mente, tal como o preconizava Wundt. Mas precisamente ao tentar fugir do behaviorismo, a Psicologia Social acabou por se ligar à ideia do indivíduo enquanto processador de informação, afastando-se assim, de novo, das ideias do pai da psicologia dos povos, donde os pressupostos básicos da cognição social, daí que a realidade, fonte permanente de informação, fosse vista como uma realidade neutra, não social e possivelmente objectiva, conducente a uma certa individualização do social e á des-socialização do indivíduo. Tajfel e Turner (1986) procuraram escapar às posições radicais de uma certa Psicologia Social americana, através da formulação da teoria da identidade social. Ora esta teoria procurou ser uma teoria do comportamento intergrupar, a qual permitiria uma análise da identidade baseada na pertença a um grupo e por tal possibilitadora da compreensão das relações intergrupais e dos processos grupais. De acordo com esta teoria, os grupos sociais possibilitariam meios para se identificarem ao nível social, sendo que esta identificação seria, em larga medida, relacional e comparativa. Assim os indivíduos procurariam atingir e manter uma identidade social positiva através da comparação do seu grupo de pertença com outros grupos relevantes. Então se a identidade social fosse insatisfatória, os indivíduos poderiam deixar o seu grupo afim de se juntarem a outros grupos positivamente mais avaliados. De acordo com a teoria, haveria um processo de categorização básico que permitiria clarificar e organizar a informação, facto que possibilitaria a ligação dos aspectos da experiência a um contexto particular o que ajudaria e facilitaria ao indivíduo criar e a definir o seu lugar na sociedade, bem assim como abriria as portas à noção de auto-favorecimento ou auto-conceito positivo, ou seja a necessidade das pessoas se verem de forma positiva em relação às outras (Tajfel, 1983).

Ora Moscovici, tal como Tajfel já o havia feito em certa medida com a teoria da identidade social, a partir da teoria das representações sociais procurou reinstalar de novo a natureza

colectiva e social dos constructos cognitivos como as atitudes, as crenças, o conhecimento do senso comum, o que seria em parte um retomar de um certo pensamento Durkheimiano de consciência colectiva ou de *volksseele* (a alma do povo de Wundt), por outras palavras, Moscovici (1984, 1986) defende que o mundo social deveria ser construído pelos psicólogos sociais como uma realidade social produzida através das representações sociais que emergem de um complexo de interações ocorrentes no seio das comunidades. Ou seja, a teoria das representações sociais põs claramente o seu ênfase na questão da pertença a um grupo social e de como tal pertença acabaria por modelar e constituir a consciência individual. As representações sociais referir-se-iam a ideias, pensamentos, imagens e estruturas de conhecimento que os membros de uma colectividade ou de uma sociedade partilhariam, apresentando diversas funções ligadas à organização significativa do real, à comunicação dos comportamentos, bem assim como aos processos de diferenciação social, (eg: Doise, 1983).

Ora estas teorias da representação social e da identidade social, acabam por legitimar a ideia de que as regras do comportamento humano poderão flutuar em função das circunstâncias, sociais, culturais e históricas, o que leva Gergen (1985) a pensar na mudança de uma concepção abstracta, universal e objectiva do conhecimento, para um outro localizado e socialmente construído. Daí que as questões ligadas à prática profissional estejam elas também cada vez mais ligadas a uma ideia de transformação social, com a legitimação de um conhecimento cada vez mais implicado numa praxis. Daí ainda a ideia de Gergen (1985) de um repensar do posicionamento da psicologia em geral e da Psicologia Social em particular, no sentido de se ater mais a problemas particulares de um determinado momento ou contexto com a carga indutora e inevitável da transformação da vida social.

É aqui que faz sentido pensar a Psicologia Comunitária, que deve extravasar, em princípio, os simples aspectos paliativos e preventivos, para se assumir como um motor de mudanças sociais, de inovação cultural e de consciencialização social. Assim, como o afirma Sawaia (1998, p.177) "o pensamento científico ancorado na neutralidade epistemológica produziu avanços tecnológicos notáveis, os quais beneficiaram a humanidade, não se traduzindo, no entanto, muitas vezes em sabedoria de vida e ou bem estar individual e social". No entanto, hoje é de novo visível o desejo de um reencontro com a filosofia inicial, com a necessidade de um pensamento complexo, em que a ética e a epistemologia não estejam mais separadas, nem a objectividade da subjectividade, nem a ordem do conflito, nem o voluntarismo do determinismo. Como o afirma Boaventura Sousa Santos (1988), nesta nova etapa do conhecimento ou da revolução científica, como se quiser, o paradigma que vai emergindo não pode ser apenas científico, deve ser também ético-social, daí que ele proponha um paradigma de um conhecimento prudente, para uma vida decente. Daí que a Psicologia Comunitária possa surgir com potencial para se tornar um conhecimento orientador na busca desse paradigma. Assim e de acordo com Sawaia (1998), a Psicologia Comunitária poderá ser uma legiti-

ma representante da crise do paradigma científico e da crise social, já que na sua tradição esteve sempre presente a ideia da superação de uma ciência neutra no sentido da afirmação crescente de um saber e de prática comprometida com a realidade, mais concretamente com os excluídos da sociedade.

Por outro lado, como afirma ainda Sawaia (1998), a ideia de comunidade ultrapassando os conceitos de individualidade e de colectividade, possibilitou a abertura a um espaço de passagem da universalidade ética-humana, à singularidade individual e intersubjectiva, o que permite à Psicologia Comunitária surgir como elemento mediador entre o particular e o universal e como uma praxis abarcadora de três importantes níveis humanos: o intrasubjectivo, o intersubjectivo e o social.

Ainda de acordo com Sawaia (1998), a ideia de comunidade aparece cada vez mais como uma possível nova utopia neste início de século e milénio, quando a era da globalização impera, e em que todos dialogam com todos "sem contudo se relacionarem enquanto cidadãos de uma sociedade cada vez mais mundial" (p. 177). Daí o paradoxo da existência de direitos universais paredes meias com a crescente incivilidade quotidiana. Daí que nesta era de individualização na globalização, a ideia de comunidade seja uma ideia chave catalizadora de uma sociedade mais solidária.

Se nos anos sessenta os movimentos sociais lutaram por uma igualdade de direitos, os anos oitenta pelo direito à diversidade, os anos noventa foram marcados pela assunção dos valores éticos. Assim, ao contrário de uma política desenvolvimentista e até certo ponto "revolucionária" ou de prevenção e de mudança de atitudes das fases anteriores da sua postura, a Psicologia Comunitária volta-se cada vez mais para a potenciação de acções colectivas e individuais no sentido de materializar o bem estar comum e a felicidade particular. Daí que, como afirma Montero (1998), a ideia de participação deva andar paredes meias com a ideia de comunidade.

Assim, a actual Psicologia Comunitária deverá ter em linha de conta (eg: Montero, 1998), um papel de catalizadora social, ou seja possibilitadora de se assumir como um agente de mudança social, desencadeando uma acção transformadora e capaz de gerar autonomia e liberdade à população em que se actua. A acção essencial deverá ser realizada por pessoas da comunidade, cujas potencialidades aflorarão deste modo. As prioridades deverão ser decididas em primeiro lugar pela comunidade, que terá a seu papel, a sua hierarquização e selecção com vista a uma intervenção por etapas. As realizações serão um motor facilitador do constante avanço do processo comunitário, bem como desenvolvimento concomitante dos níveis de consciência e cooperação. Quanto aos estímulos, esses deverão ser encontrados pela própria comunidade, tanto materiais, como não materiais de origem externa,

[o seu trabalho, o reconhecimento das suas actividades, etc.) e interna (satisfação pelos objectivos atingidos).

Por outro lado, a Psicologia Comunitária deverá ter sempre em linha de conta a união entre a teoria e a praxis. Uma vez que, sob pena de reproduzir as relações de poder assimétricas, estas acabam por facilitar o aparecimento e a manutenção da passividade e do paternalismo. A orientação tanto no sentido da transformação social como individual, incluirá os participantes internos e externos e a comunidade ela mesma enquanto unidade. O trabalho comunitário deverá poder produzir ou formar-se como um movimento social em que a reflexão esteja presente, reflexão essa indispensável porque condutora da acção e reflexo dela, para que as necessidades verbalizadas sejam de facto aquelas correspondentes a necessidades profundas e muitas vezes a situações limite. O movimento para a mudança da consciência dos indivíduos face ao real, possibilitador da descoberta das relações de causa e efeito entre factos aparentemente desconexos para a comunidade, poderá contribuir para uma visão mais clara das situações, e como tal a descoberta ou revalorização de potencialidades individuais e colectivas, que possibilitarão um processo de desnaturalização (eg: Moscovici, 1986), em que os sujeitos se interrogarão acerca dos discursos dominantes e a quem tais discursos e explicações favorecerão, ou seja a possibilidade de os indivíduos se questionarem do porquê das coisas serem de um modo e não de outro. Por fim, a necessidade de permitir à comunidade de recuperar a sua memória, a sua história, de reconstruir as suas origens, por forma a ter uma visão das suas potencialidades, bem assim como das suas debilidades, como meio de afirmação identitária (eg: Tajfel, 1983) e dessa afirmação poder extrair o conhecimento e a força, bem como os recursos para levar a cabo uma acção transformadora.

Podemos dizer que numa primeira fase a Psicologia Comunitária era educativa e preventiva. Ela trabalhava prioritariamente em comunidades com o objectivo de desenvolver as potencialidades individuais, grupais e colectivas, com o fim de integrar as populações nos programas oficiais de modernização e para prevenir a possibilidade do aparecimento de doenças e outras enfermidades na comunidade. A sua tese central era a crença de que a modernização cultural e económica, enquanto via de progresso, funcionaria através de reformas de base ao nível da agricultura, da indústria, também ao nível das atitudes e dos valores das populações. A comunidade era então entendida como consensual homogénea, assumindo-se como um sujeito único e com a praxis politicamente correcta. Todo o trabalho consistia assim na transformação do comportamento individual e colectivo como forma de promover por sua vez a modernização cultural de sectores populacionais mais atrasados. Assim, por paradoxal que parecesse, o compromisso de acção comunitária não se estabelecia com os excluídos e os pobres, mas sim com os conceitos e projectos de modernização e de integração social, com o fim de consolidar ainda mais o poder dominante e produtor de tal discurso. Ou seja, o

estado surgiria como o principal destinatário destas acções, beneficiando da ideia peregrina de promover o desenvolvimento.

Posto isto, verifica-se que o psicólogo comunitário se encontra sempre numa situação delicada no sentido em que existe um conflito entre as ideologias e as éticas presentes numa dada comunidade. Em princípio ele deverá ser um activador e não um activista, no entanto, deverá respeitar todas as ideias e valores porque o seu trabalho passa por analisá-las problemáticamente a partir da sua própria ideologia ética, que também deverá constantemente pôr em causa, nunca se esquecendo que as ideologias de uma comunidade se expressam ao nível do seu ambiente físico ou seja dos seus espaços (as casas, igrejas, ruas, praças, comércio, escolas, meios de transporte, comunicações e abastecimentos...), bem assim como nas suas relações sociais (com quem as pessoas interactivam, como comunicam, o que não comunicam, que valores e afectos manifestam e que ocultam, o que compram e o que vendem, quando riem e quando choram, como se protegem das doenças e das inclemências do tempo, como se interajudam...).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Allport, F. (1920) The Influence of the Group Upon Association and Thought. *Journal of Experimental Psychology*, 3, pp. 159-182.

Asch, S. (1952). *Social Psychology*. Englewood Cliffs, Nova Jersey, Prentice-Hall.

Doise, W.(1983) *Articulação Psicossociológica e Relações entre Grupos*. Lisboa, Moraes Editores.

Gergen, K.J. (1973) Social Psychology as History. *Journal of Personality and Social Psychology*, 26, pp. 309-330

Gergen, K.J (1985) The Social Constructionist Movement in Modern Psychology, *American Psychologist*, 40, 3, pp. 266-275

Lewin, K. (1948) *Resolving Social Conflict*. NovaYorque, Harper & Row

Lewin, K. (1951) *Field Theory in Social Science*. Nova.Yorque, Harper & Row.

Montero, M (1994) Un Paradigma para a Psicologia Social. Reflexiones desde el Quehacer en América Latina. In: Montero, M. (Ed). *Construcción y Crítica de la Psicología Social*. Barcelona, Antrophos. pp. 27-47

- Moscovici, S. (1984) The Phenomen of Social Representations. *In: Farr, R. e Moscovici, S. (Eds). Social Representations.* Londres: Academic Press. pp 3-70.
- Moscovici, S. (1986) L 'Ere des Representations Sociales. *In: Doise, W. e . Palmonari, A. (Eds). L 'Etude des Representations Sociales.* Neuchatel , Delachaux et Niestlé. pp. 34-80.
- Ross E. (1928) *Social Psychology.*NovaYorque, Macmillan.
- Santos, S. B. (1988) *Um Discurso Sobre as Ciências.* Porto, Edições Afrontamento.
- Sawaia, B.B. (1998) Psicologia Comunitária: Un Área Paradigmática de Conocimiento Científico Comprometido. *In: Gonzalez, A.M.(Ed). Psicologia Comunitária.* Madrid, Sintesis, pp. 173-182
- Serres, M. (1974) *Hermés III. La Tradution.* Paris, Minuit.
- Sherif, M.(1936). *The Psychology of Social Norms.* Nova Yorque, Harper & Row
- Tajfel H. (1983) *Grupos Humanos e Categorias Sociais.* Vol II. Lisboa, Livros Horizonte.
- Tajfel H., & Turner, J.C. (1986) The Social Identity Theory of Intergroup Conflict. *In: Worschel, S., & Austin, W.G. (Eds). Psychology of Intergroup Relations.* Chicago, Nelson-Hills. pp. 7-24.
- Turner, J.C. (1994) Introducción. *In:Morales, J.F., Moya, M., Reboloso, E., Dols, J.M.F., Páez, D.& Pérez, J.A.(Eds). Psicologia Social.* Madrid, McGraw-Hill. pp. 4-21
- Wundt, W. (1900-1920) *Volkerpsychologie, eine Untersuchung Entwicklungsgesetze von Sprach, Mythus und Sitte.* Leipzig, Englelman.